



639

ANEXO I DESCRIPTIVO E QUANTITATIVO

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, para a aquisição de materiais permanentes, compreendendo mobiliários, equipamentos de informática e de comunicação, destinados ao Conselho da Mulher do Município, através de Emenda Federal, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I do Edital, a cargo da Secretaria de Ação Social e Cidadania.

JUSTIFICATIVA: Verba pleiteada pelo Conselho da Mulher a qual faz jus ao recebimento dos materiais e ao cumprimento às necessidades estabelecidas referente aos bens permanentes, afim de atender a demanda para a Estruturação do Conselho Municipal da Mulher, devendo os materiais serem patrimoniados na Secretaria de Ação Social e Cidadania que fará o destino oportunamente ao Conselho da Mulher sempre considerando o espaço físico adequado para o recebimento e utilização dos mesmos.

ITEM	OBJETO	QTD	DESCRIPTIVO
1	APARELHO CELULAR	4	APARELHO DE TELEFONIA MÓVEL - TELA 6.4 MEMORIA RAM 8GB - ARMAZENAMENTO INTERNO 128 GB - ANO FABRICAÇÃO 2022 AO MAIS RECENTE.
3	DATA SHOW, CONEXÃO WIRELESS, QR, HDMI E USB - 3.200 LUMENS	1	DATA SHOW - DE 3.200 A 3.600 LUMENS - CONTROLE REMOTO - PILHAS AAA- CABO DE ENERGIA - CABO VGA - VOLTAGEM 127 - AJUSTE AUTOMÁTICO - PRONTO PARA HDTV - FORMATO DE EXEBIÇÃO NA ATIVA 4:3.
8	TABLET	1	TABLET - ARMAZENAMENTO INTERNO MINIMO DE 64 GB, MEMÓRIA RAM MINIMO 4 GB - TAMANHO DA TELA MININO DE 10,4" - CONECTIVIDADE WI-FI, BLUETOOTH VERSÃO MINIMA DE 5.0 - CAMERA TRASEIRA MINIMA DE 8MP - CAMERA FRONTAL MINIMA 5MP + FLASH NA TELA - PROCESSADOR MINIMO OCTA-CORE -



ANEXO II
MODELO – FICHA TÉCNICA DESCRITIVA DO OBJETO

(a ser enviada por meio eletrônico na fase de aceitação apenas pelo licitante do melhor lance)

Pregão Eletrônico nº 105/2023
Processo Administrativo nº 7069/2023

Lotes	Especificação dos equipamentos com informações de MARCA, DESCRIÇÃO, MODELO, DIMENSÕES, MATERIAL, podendo ser apresentado catálogo e/ou ficha técnica em português, que possibilitem a sua completa avaliação pela equipe de apoio, considerando a especificação mínima constante no Anexo I do Edital. <u>Nota 1: É VEDADO QUALQUER PALAVRA, EXPRESSÃO, LOGOTIPO OU QUALQUER SINAL QUE POSSA IDENTIFICAR O LICITANTE, INCLUSIVE CATALOGOS, QUE PODEM IDENTIFICAR O LICITANTE, CASO APRESENTE.</u> <u>Nota 2:</u> Na eventualidade de o licitante ser o fabricante ou detentor da marca dos produtos ofertados, esta informação deverá constar como: <u>“fabricação própria”, “conforme edital ou outra expressão similar”, SEM IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE.</u>	Valor unitário do item RS.....
-------	--	-----------------------------------

a) DECLARAÇÃO, sob as penas da lei, de que a empresa cumpre integralmente os requisitos de habilitação prevista no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 105/2023.

b) No caso de ME/EPP, DECLARAR, que a empresa é **microempresa OU empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência e/ou exclusividade no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 105/2023.

c) Declaramos conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

NOTA: Não será admitida proposta com a mera transcrição do descritivo do Anexo I, sem a descrição real dos equipamentos ofertados.



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO
TRABALHO

Eu _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do Pregão Eletrônico nº 105/2023, da Prefeitura da Estância Turística de Salto, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, a _____ (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

(Cidade/Estado), em ____ de _____ de 2023.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: _____

RG do representante legal: _____

Obs. Deverá ser enviado juntamente com a documentação de habilitação.



ANEXO V
MINUTA CONTRATUAL

Contrato Administrativo n°/2023
Processo Administrativo n° 7069/2023
Contratante – Prefeitura da Estância Turística de Salto
Contratada –
Objeto –
Referente – Pregão Eletrônico n° 105/2023
Valor Total – R\$
Vigência –

O **Município de Salto**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada a Av. Tranquillo Giannini, 861, Distrito Industrial Santos Dumont, na cidade de Salto/SP, CEP 13.329-600, inscrita no CNPJ (MF) n° 46.634.507/0001-06, neste ato representada pela **Secretária de Ação Social e Cidadania, Mércia M. Falcini, nacionalidade....., estado civil.....**, portadora do RG n° e do CPF n°; ora designada simplesmente como *Contratante* e, de outro lado _____, sediada à _____, na cidade de _____ / _____, inscrita no CNPJ(MF) n° _____ e Inscrição Estadual n° _____ neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____ portador(a) do RG n° _____ e do CPF n° _____, doravante designada simplesmente *Contratada*, tem entre si justo e acordado o presente contrato conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de materiais permanentes, compreendendo mobiliários, equipamentos de informática e de comunicação, destinados ao Conselho da Mulher do Município, através de Emenda Federal, conforme especificações e quantidades relacionadas abaixo, a cargo da Secretaria de Ação Social e Cidadania

NOTA: NA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO TRANSCREVER OU ANEXAR OS ITENS VENCEDORES, CONFORME ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Parágrafo Primeiro: A gestão do contrato será realizada pela funcionária Sefora Marques, Auxiliar Administrativa, portadora do RG n° 12.663.046-X e do CPF n° 027.130.708-05.

Parágrafo Segundo: A fiscalização do fornecimento pelo servidor Juliano Bispo da Silva, Auxiliar Administrativo, portador do RG n° 25.122.025-4 e do CPF n° 357.309.598-42, ambos da Secretaria de Ação Social e Cidadania.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1. Para efeitos obrigacionais, tanto o Edital do Pregão Eletrônico n° 105/2023, seus anexos, bem como a proposta nele adjudicada, integram o presente contrato, prevalecendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.



643

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

3.1. A vigência do contrato e prazo de entrega será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, §§1º e 2º da Lei 8.666/93, desde que devidamente justificado e aprovado pelas autoridades competentes, Secretária de Ação Social e Cidadania.

CLAUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A verba para pagamento, do objeto da presente licitação, está de acordo com a dotação orçamentária vigente e será de responsabilidade da Prefeitura da Estância Turística de Salto:

Ficha	Dotação	Secretaria
1360	02.11.02.449052.08.244.0007.2.047.05.8000045 RECURSO FEDERAL	Ação Social e Cidadania

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

5.1. A Contratante pagará a Contratada o valor global de R\$ _____ (_____) correspondente ao lote....., através de pagamentos realizados mediante transferência bancária em conta corrente do contratado, na Instituição Bancária.....Agência Bancária n.º e Conta Corrente n.º..... de titularidade da empresa.

5.2. O pagamento será efetuado a cada entrega em até 10 (dez) dias, descontada a dezena, e contado a partir da data de apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura na Secretaria de Finanças, desde que aprovado pelo gestor do contrato, respeitando-se a ordem cronológica de pagamentos.

5.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação na Secretaria de Finanças.

5.4. Em caso de atraso no pagamento, o índice a ser utilizado será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, para satisfação da mora.

5.5. A Contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal - Pregão Eletrônico nº 105/2023, Contrato Adm...../2023 e demais informações constantes no item 5.1 deste contrato.

5.6. Quando da emissão da Nota Fiscal de Serviços ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

5.7. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à licitante, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos



de qualquer natureza.

5.8. Nos preços contratados que constituirão a única e completa remuneração pelo objeto deste contrato, estão inclusos, além do lucro, embalagem, transporte, carga e descarga, seguro, bem como todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos e demais encargos, não recaindo à Prefeitura nenhum ônus suplementar além dos valores propostos, inclusive quanto às despesas indiretas.

CLÁUSULA SEXTA – A GARANTIA

6.1. O prazo de garantia do objeto será aquele especificado pelo fabricante, contados da data de emissão do termo de recebimento definitivo dos bens (aceite);

6.2. Durante o prazo de vigência da garantia, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, deverão ser reparados e corrigidos, sem ônus para o município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

6.3. Os bens que apresentarem defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações, independentemente da quantidade rejeitada, deverão ser substituídos, sem ônus para o município, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E TRANSPORTE DA ENTREGA

7.1. A entrega deverá ser realizada em prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

7.2. As autorizações de fornecimento serão realizados pelo e-mail oficial, financeiro.sasc@salto.sp.gov.br, pelos seus representantes legais, gestor e fiscal do contrato.

7.3. As entregas dos bens deverão preceder de horário previamente agendado com o Setor de Almoxarifado Central, através do telefone (11) 94371-4394.

7.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Otto Halter, n.º 630- Distrito Industrial- Salto/SP – Cep: 13.329-429.

7.5. Ficará a cargo da contratada a total responsabilidade pelo transporte e acondicionamento adequado e pela integridade dos produtos até o recebimento pelo representante legal da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Entregar os produtos conforme especificação, marca e preços contratados, dados que deverão estar discriminados na Nota fiscal no momento da entrega, no local estipulado pela Secretaria de Ação Social.

8.2. Caso ocorra fornecimento incompatível com o solicitado pela Prefeitura, fora dos padrões legais, ou com eventuais danos (ocasionados inclusive, durante o transporte/descarregamento), o mesmo será recusado/devolvido, devendo ser repostado imediatamente, sem ônus ao Município.



645

8.3. Manter durante o período de duração do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidos no Edital.

8.4. Deverá efetuar, sem qualquer ônus para Prefeitura da Estância Turística de Salto, a troca quando houver necessidade, bem como garantir todas as trocas necessárias quando da entrega de produto sem qualidade.

8.5. Deverá responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial resultante da execução do fornecimento, na forma do dispõe o art. 71 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. A Contratada que descumprir em quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. De conformidade com o art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93, à contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas nas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02.

9.3. Nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, pela inexecução total ou parcial deste contrato, a Contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência;

b. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, pela inexecução total ou parcial do serviço contratado;

c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Município de Salto, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na forma do art. 87, III da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os órgãos da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior, na forma do art. 87, IV da Lei 8.666/93 e Súmula 51 do TCE/SP.

9.4. As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

9.5. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

9.6. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à contratada, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de



advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A Contratada obriga-se a manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

10.2. A empresa vencedora do certame apresentou na assinatura deste ato, declaração constando o n.º de funcionários e, se superior a 100(cem), para atender o disposto na Lei Municipal n.º 3.972/2022 numa das formas estabelecidas no art. 2º do referido diploma legal.

10.3. A fiscalização da Prefeitura poderá embargar o prosseguimento de qualquer fornecimento/serviço e ainda suspender os pagamentos, se o mesmo, estiver em desacordo com as obrigações assumidas e especificações previstas pela Contratante.

10.4. A contratada obriga-se a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir às suas expensas e imediatamente, o objeto do contrato, segundo as especificações determinadas, desde que se constatem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução do fornecimento dos equipamentos/materiais/entregas.

10.5. A contratada deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados ao contratante, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução, bem como adequar as obrigações dos fornecimentos ora contratados.

10.6. A Contratada neste ato declara concordar com todos os termos do presente contrato, bem como as obrigações do regulamento administrativo previsto pela Contratante, além das penalidades pertinentes às leis específicas à matéria Lei Federal nº 8.666/93 e Lei nº 8.883/94, Lei Orgânica do Município de Salto nº 1.382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008), que fazem parte integrante do Pregão Eletrônico nº 105/2023.

10.7. A Contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

10.8. Constituem motivos para rescisão, os casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. Fica eleita a comarca de Salto para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos de interesses oriundos do presente contrato, se não sanadas pela via extrajudicial.

Assim, por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato, em DUAS vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, de acordo com a legislação vigente.

Estância Turística de Salto/SP, ____ de ____ de 2023.

Mércia Mara Falcini
Secretária de Ação Social e Cidadania
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

Testemunhas: 1-

2-



ANEXO VI
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO, _____ DE _____ DE 2023.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:



648

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela Contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela Contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA PREFEITURA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO LICITATÓRIO:

1- Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

2- Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

LOCAL e DATA: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*